

**MANDATO XIII****ATA Nº. 2/2021****SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021**

*Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Augusto Alexandre da Cunha Dias, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha, Nelson Jorge Ferreira*

*Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, João Jorge Ferreira Baptista, Sandra de Oliveira Cardoso, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, António Filipe Dias Melo Peixoto, João pereira Gomes, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, Dolores Glória Sousa Gomes Rocha, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Andreia Manuela Araújo Oliveira, Jorge Fernando da Silva Dias, José António Castro Dias, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Américo dos Santos Afonso, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Sofia Patrícia Travassos Freitas Alcaide, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, José Miguel Ferreira da Silva, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves e Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas.*

**RENÚNCIA DE MANDATO:**

*Renunciaram ao mandato João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Marta Salete Cerqueira Gonçalves e Sérgio Alcindo Leite Pereira. A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA informou que ainda não tiveram oportunidade de fazer a correção do Regimento da Assembleia Municipal, tendo só sido feita a abordagem da distribuição dos tempos. Existiam alguns exemplares disponíveis de anteriores mandatos e que talvez na próxima sessão já pudessem apresentar o novo Regimento. Na Conferência de Líderes foi feita a atualização da distribuição dos tempos pelos diversos grupos municipais, mas não era possível estarem todos representados, até porque não era fácil, estavam a começar e iria, então, passar a apresentar os tempos que foram acordados para todos os grupos. Iriam considerar a base, hoje, para uma reunião de três horas, cento e oitenta minutos. Para o PSD, vinte e nove minutos; para o PS, vinte e oito minutos; para o CDS, catorze minutos; para a CDU, doze minutos; para o Bloco de Esquerda, nove minutos; para o CHEGA, nove minutos; para o Aliança, seis minutos; para a Iniciativa Liberal, seis minutos; para o PAN seis minutos; para o PPM, seis minutos; para as freguesias independentes havia dois grupos. Um grupo com treze minutos, eram cinco Juntas de Freguesia e Junta de Freguesia de São Victor, seis minutos. Em relação à Câmara Municipal o tempo que estava previsto era de trinta e seis minutos. Não estavam todos os grupos representados, porque não havia espaço para o enquadramento, mas naturalmente que o tempo seria contado da mesma maneira. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO VINTE E OITO BARRA DOIS MIL E VINTE E UM, DE DEZASSEIS DE JULHO E DA ATA NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E VINTE E UM, DE NOVE DE OUTUBRO - ELEIÇÃO DA MESA – DÉCIMO TERCEIRO MANDATO (DOIS MIL E VINTE E UM -***

**DOIS MIL E VINTE E CINCO).** *Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato número vinte e oito barra dois mil e vinte e um, referente à sessão extraordinária de dezasseis de julho e a ata número um barra dois mil e vinte e um, de nove de outubro, relativa à eleição da Mesa da Assembleia Municipal para o décimo terceiro mandato (dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco). Postas à votação foram as referidas atas **aprovadas por unanimidade.***

**PONTO NÚMERO DOIS – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS: ACEITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL (CIM CÁVADO).** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de treze de julho do ano em curso, relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais: aceitação de transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado), que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA,** para salientar que: “A Lei da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais ( Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito de dezasseis de agosto) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (número cinquenta e um barra dois mil e dezoito), aprovadas no final da sessão legislativa de dois mil e dezanove, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos*

*em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e das entidades intermunicipais, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. Esta legislação contém um conjunto de riscos associados, a considerar: A sustentabilidade financeira concreta da transferência para as entidades intermunicipais de atribuições até este momento da Administração Central; O inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; A preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; A exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; O afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. Antes de qualquer transferência de competências para as entidades intermunicipais, há que: Proceder ao início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; Encetar um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local, intermunicipal e as competências dos seus órgãos; Identificar no domínio da transferência de novas competências, que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. Atendendo aos considerandos referidos, os deputados municipais da CDU, propõem a não aceitação de transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado). Pelo que o Grupo Municipal da CDU irá votar contra esta proposta, em sintonia com outras propostas que ali foram*

votadas contra, nomeadamente a transferência de competências para as autarquias e que os Senhores Deputados também votaram contra”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do ALIANÇA, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA, para realçar que: “É com especial agrado que me dirijo a esta Assembleia, pela primeira vez, em representação do partido Aliança. Uma saudação especial para os Aliados de Braga. Bom mandato para o José Cunha, na Assembleia da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe. À Isabel Marques e ao Nuno Durval, obrigado pelo contributo nos trabalhos deste grupo. Tem sido um enorme privilégio trabalhar lado a lado na coligação Juntos por Braga, com Pessoas de ímpares qualidades Pessoais e Profissionais, empenhadas na construção de um futuro melhor para os Bracarenses. Estamos conscientes da nossa responsabilidade e assumo publicamente que o grupo do Aliança vai cumprir com empenho a função para a qual os Bracarenses nos confiaram a sua representatividade. O Aliança é um partido personalista. Acreditamos na pessoa humana como base de toda a sociedade. Somos liberais no sentido de libertadores, de não acreditar num Estado que nos controla. Se me permitem gostaria de estender os cumprimentos aos Senhores administradores das empresas municipais, que têm feito um trabalho verdadeiramente excepcional. Cumprimento também os trabalhadores das empresas municipais, do município e das juntas de freguesia. Sabemos bem do enorme desafio que temos pela frente, desejo a todo Executivo um bom mandato e que sejamos capazes de, definitivamente, ultrapassar o Passado e vencer os Constrangimentos do presente. Desejo a todos um bom mandato e que sejamos prossecutores dos desígnios do melhor concelho para Nascer, para Viver, para Estudar, para Trabalhar, para Investir, para Criar e para Inventar. O ponto dois da ordem dos trabalhos, remete-nos para o fundamento de associação de autarquias locais, nomeadamente

os municípios, uma prática muito antiga da nossa vida municipal e que se tem revelado de muita utilidade para resolver problemas que um município isolado tem dificuldade em solucionar. À luz desta organização e do ponto de vista político, jurídico e até histórico, a CIM Cávado está de acordo e dá cumprimento ao princípio da subsidiariedade. No Turismo é por mais evidente a vantagem desta, diria Coopetição, em que cada comunidade compete pelo seu fator diferenciador e cooperam na promoção de um destino entre o Mar e a Natureza, distinguida Reserva da Biosfera, o Melhor destino Europeu em dois mil e vinte e um e as tradições, os lenços dos Namorados ou o Galo de Barcelos. Nos transportes, o cenário é diferente, é um problema de décadas. A falta de vontade política do governo e os inúmeros constrangimentos processuais, criaram enormes dificuldades às pessoas. Para um estudante ou trabalhador de um concelho vizinho, uma viagem de poucos quilómetros, pode durar mais de uma hora, pode significar atravessar a ponte de Prado a pé, cenário que se arrasta há mais de trinta anos. Um empregador de Braga para contratar um trabalhador, por exemplo de Barcelos ou Vila Verde, tem necessariamente que disponibilizar transporte próprio, com aumentos de encargos que acrescem ao garrote fiscal imposto pelo governo. Gostaria de partilhar o desafio de resolvermos este Cenário dramático e discriminador e promovermos o Bem-Estar a estes nossos concidadãos. Por isso o nosso voto ser a favor. É esta a nossa utilidade. Ouviremos nos próximos tempos falar muito de voto útil, prefiro falar da utilidade do voto, essa que se justifica depois de o receber, no nosso trabalho! Tudo farei para que quem em nós, ou por nós votou, sinta a utilidade do seu ato. A utilidade de sentir-se representado”. Passou depois a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que a transferência de competências para as autarquias e para as comunidades intermunicipais era

*uma grande reforma, que visava, sobretudo, três grandes princípios, que era o princípio da subsidiariedade, o princípio da autonomia do poder local e também aquilo que era a capacidade de dar mais autonomia às autarquias locais e era também um projeto de dignificação e de intervenção para as políticas que hoje eram mais apreciadas, que eram as políticas de proximidade. Era evidente que todos sabiam que aquela reforma, como todas as reformas, era sempre difícil de concretizar e aquela também não fugiu a esse papel. Ou seja, algumas coisas falharam, mas quem se lembrava de grandes reformas feitas no passado, quando ainda as autarquias locais não tinham uma lei de finanças, quando não tinham competências em quase nenhuma matéria, tudo isso foi feito, e não diria de improviso, mas também ponto a ponto, fazendo o caminho. Já detetaram noutras situações, que nem tudo estava garantido, sobretudo as questões de natureza financeira para apoiar aquelas iniciativas, mas a verdade era que tinham que efetivamente também assumir que a transferência de competências que estavam previstas e que hoje estavam a ser discutidas, as questões de promoção do turismo, a questão dos projetos financeiros dos fundos comunitários, a questão também do apoio aos bombeiros voluntários, a questão da Justiça e também do transporte em sistemas fluviais internos, não só para transporte de passageiros, mas também em questões de natureza turística eram, ao fim e ao cabo, ações que já estavam previstas para terem efeito, já a partir de dois mil e vinte e um. Passado o período transitório, teriam que ser aceites e, portanto, os documentos que lhes foram entregues até eram redundantes nessa matéria, porque aquela aceitação feita hoje, era apenas um compromisso, porque efetivamente elas eram de obrigatória aceitação. Ficavam por aceitar, e seria a partir de dois mil e vinte e dois, as questões da saúde, educação e ação social. Todos tinham que se lembrar, apesar de perceber que havia um grande caminho a fazer, era que as*

*autarquias reivindicavam esse papel. As políticas de proximidade eram mais bem-feitas pelas Autarquias Locais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do que muitas vezes o próprio governo. Sabiam que nem tudo correu bem naquele período de transferências, mas a verdade era que a vontade aliada também à negociação para que efetivamente as transferências financeiras acompanhassem a transferência de competências, teria que ser uma realidade e tiveram ali, Partido Socialista, muitas vezes de acordo com a Câmara Municipal, rejeitando também a aceitação. Noutras discordaram, mas naquelas que eram redundantes como disse, só tinham mesmo que dizer que estavam de acordo, aceitavam e naturalmente percebiam alguns constrangimentos como aqueles que foram levados ali pela CDU, mas a verdade era que não conhecia nenhuma reforma que não tivesse tido constrangimentos. “Mas o caminho faz-se caminhando e por certo quem lucrará com isto serão naturalmente os bracarenses e nós não deixaremos de reivindicar aquilo a que o município de Braga tem direito, para que a efetiva resolução e a efetiva execução destas políticas, tenham efeito no município de Braga. Portanto o Partido Socialista irá votar a favor”. Interveio posteriormente o Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO, para inicialmente revelar que era par si um enorme prazer estar na casa da democracia Bracarense, representando o seu partido e, depois, informar que em relação àquele ponto, o CHEGA iria votar contra, porque apesar de considerar que a transferência de competências e uma chamada descentralização dos poderes concordavam, mas concordavam no aspeto municipal e não para as comunidades. Entendiam sim, que devia haver maior delegação de competências nas juntas de freguesia. As juntas de freguesia em Braga, e havia casos de freguesias grandes, eram meros executantes do que o executivo municipal determinava. E isso sim, era o que defendiam, uma maior descentralização do*

poder, mas para quem estava no terreno, como era o caso dos presidentes das juntas de freguesia, poderem ter maior competência no exercício das suas funções. Portanto, as comunidades intermunicipais tinham as suas valias, que reconheciam naturalmente, se bem que naquele pequeno documento não estava espelhado tudo o que se pretendia fazer, em termos de delegação, ficou a perceber mais sobre aquela delegação de competências pelo que disse o Deputado João Nogueira, do que propriamente pelo documento que lhes foi facultado pelo executivo municipal. Portanto neste sentido, o CHEGA iria votar contra aquela proposta. Registou-se mais uma intervenção, agora do **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para começar por dizer que a democracia se fazia assim mesmo, com aquela diversidade, respeitando o voto popular, que com certeza produziria um bom trabalho, que seria muito profícuo e que honrasse a cidade. Aquela transferência de competências para a comunidade intermunicipal, tinha na sua origem um aspeto que alguns temas em conjunto, eram muito mais apropriados de gerir em benefício das populações do que temas que ficassem rodeados apenas na quadratura de cada município. E, portanto, alguns temas que eram muito mais extensos do que as próprias competências municipais, como disseram deputados anteriores, extravasavam outros municípios e que devido a esse facto era conveniente, como a comunidade intermunicipal, como a CIM Cávado, que cada vez mais tinha mudado as suas competências e tinha sido cada vez mais interveniente, tivesse também que ter competências acrescidas em muitas matérias, como matérias do turismo, como matérias da Justiça, como matérias também dos bombeiros voluntários, designadamente, daqueles pareceres prévios necessários quer para a ampliação dos quartéis de bombeiros, quer para políticas municipais que de alguma maneira tivessem a ver com os Bombeiros Voluntários no seu conjunto, quer também para

as vias fluviais e também para os projetos financiados de fundos europeus. Tudo isso eram matérias importantes que extravasavam mais a competência exclusiva de cada município e que, portanto, era conveniente que a CIM, de alguma maneira também, os tivesse no âmbito da sua execução e no âmbito da sua atividade. Para dizer que efetivamente havia uma diferença entre delegação de competências nas juntas de freguesia e transferências de competências para as comunidades intermunicipais e, portanto, não era bem exatamente da mesma coisa que estavam a falar, sendo até realidades um pouco antagónicas. De qualquer das maneiras o Grupo Municipal do PSD, por esse facto, iria votar a favor da transferência de competências que, aliás, tinha que ser unânime a nível de todos os municípios, para a comunidade intermunicipal, em cada área, poder executar as competências que eram devidas. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para, inicialmente, dizer que não tinha o privilégio do Deputado João Nogueira de ser conhecido por mais da metade, mas conhecia uma parte substantiva. Era um privilégio estar, ali, hoje, a representar o CDS-PP e, no fundo, como há pouco alguns colegas deputados também disseram, ali fazer um exercício de democracia, que a cidade e a nossa região bem precisava. E era um pouco também sobre esse tema da delegação, e naquele caso até de transferência de competências da Câmara Municipal, para uma estrutura intermunicipal, que motivava a sua intervenção. Como disse o Deputado Joaquim Barbosa, e bem, havia um conjunto de competências cuja escala supramunicipal, que o âmbito territorial mais adequado para as exercer, para as aplicar e, sobretudo, para desenvolver um conjunto de políticas públicas, que à escala municipal ou até à escala de freguesia não seria possível. O que estava, ali em causa eram cinco tipologias de competências, que respeitavam esse critério, que era o critério de

que à escala supramunicipal, faziam mais sentido do que serem geridas à escala municipal. Portanto, por isso era que a transferência para a comunidade intermunicipal, desde logo. A dimensão turística num espaço sub-regional, fazia mais sentido que o fosse na CIM Cávado, que era o espaço territorial por excelência, até porque tinha um conjunto de recursos específicos e porque hoje o turismo não se promovia, exclusivamente, numa lógica de município ou numa lógica quase de bairro. Ele tinha que ser promovido à escala nacional e internacional, com territórios muito mais alargados do que apenas e só o concelho. Portanto, essa competência consagrada de transferência interna, turística, sub-regional fazia sentido, como também fazia sentido a da Justiça. Como sabiam, as comarcas excediam largamente o domínio dos municípios e dos concelhos e, portanto, a lógica supramunicipal, ali, também fazia sentido, como também a da proteção civil. Aliás, naquele momento estávamos a conviver com uma realidade um pouco anacrónica, porque tínhamos comissões distritais de proteção civil e do ponto de vista da gestão administrativa do território, já não existiam distritos, o que de alguma forma, acabava por ser até anacrónico, desse ponto de vista. Contudo, era uma escala supramunicipal que a proteção civil devia ser tratada, por razões mais do que evidentes, os fogos e outras ocorrências não respeitavam os limites administrativos do território, portanto, tinha que haver ali uma escala superior para tratar desse tipo de assuntos. Por fim, e não menos importante, a questão dos fundos europeus, que como sabiam, existia ao nível das regiões, uma contratualização municipal e supramunicipal com os programas de financiamento, e desse ponto de vista fazia sentido, que a autarquia de Braga delegasse na CIM Cávado, todo esse processo de negociação a esse nível da contratualização, entre o fundo, naquele caso, o Programa Operacional Regional do Norte e outros com os respetivos territórios, que fazem parte da CIM Cávado.

*E desse ponto de vista, o seu voto era, obviamente, favorável e encerrava aquele tema dessa maneira. Contudo, deixava ali uma nota final, que na sequência daquilo que foi dito pelo Deputado João Nogueira e também pelo Deputado Joaquim Barbosa, fazia sentido refletirem sobre o que eram ou o que poderiam vir a ser as competências, que nos vários níveis de governação que tínhamos no Estado português, poderiam transferir-se de uns órgãos para os outros, desde o Estado central para as entidades supra municipais entendidas como comunidades intermunicipais ou áreas metropolitanas, no caso do nosso era só a CIM Cávado, mas, também, para os municípios e para as freguesias. Portanto, aquele tipo de discussão, devia merecer da sua parte uma ampla reflexão, eventualmente, inclusive, suportada por grupos específicos para o efeito, no âmbito da Assembleia Municipal, e era um exercício que em futuras sessões da Assembleia, deixava desde logo a sugestão, que o fizessem, que tivessem a ambição de discutir isso de forma aberta, transparente, sem complexos, porque se não o fizessem outros fá-lo-iam por eles e, sobretudo, outros decidiriam por eles. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com sete votos contra do Chega, da CDU e do B.E., com uma abstenção da I.L. e com os restantes votos a favor.** **PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, RELATIVOS AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios de execução orçamental das Empresas Municipais, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativos ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um: a) - Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.; b) - IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; c) – AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de*

Braga, E.M.; d) - TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M.; e) - BRAGABABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.. Os mencionados documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, que destacou o seguinte: “Os relatórios de execução orçamental relativos ao primeiro trimestre das empresas municipais, convidam sempre a uma leitura extensa e atenta e que permite uma noção abrangente da realidade do universo das empresas municipais. Sabemos da importância das empresas municipais em áreas chave da comunidade bracarense e sabemos também o papel fundamental que elas desempenham no quotidiano dos nossos cidadãos. Braga pode orgulhar-se de ter tido uma visão que permitiu estabelecer um universo de empresas municipais como poucos municípios apresentam. Contudo, não podemos deixar de circunscrever temporalmente o período sobre o qual incidem estes relatórios de execução. Dois mil e vinte e um foi um ano que se iniciou de forma particularmente atípica com o encerramento generalizado de vários setores chave da economia e sociais. O período de confinamento verificado no primeiro trimestre de dois mil e vinte e um revelou-se tão ou mais violento para a economia e para as famílias como o período de confinamento vivido no ano de dois mil e vinte. Consideramos que este ponto, apesar de ser um ponto apenas de conhecimento, merece a análise e discussão que dignifiquem o trabalho das Empresas Municipais, contudo e ainda assim, não poderíamos deixar de notar o facto de estarmos a discutir os relatórios de execução orçamental do primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, no mês de novembro. Consideramos que, mesmo em períodos delicados de contexto pandémico associados também a períodos de eleições autárquicas, não devem por si só, serem passíveis de

*justificar o facto de só agora, estarmos a discutir estes relatórios, já sem alguns dos vereadores responsáveis para Administração Executiva poderem prestar contas. A sensibilidade com que os mesmos devem ser analisados e considerados, deveria permitir que a sua discussão fosse mais próxima do período em análise, pelo que recomendamos que se empreendessem os esforços necessários a corrigir esta situação. Não obstante consideramos também, haver a necessidade de evidenciar coerência quando devermos ser capazes de analisar estes relatórios de execução orçamental à luz do período flagelante e preocupante que vivemos e o PS compreende que a atividade de empresas municipais como o Theatro Circo e a Investbraga, tenham sido praticamente inexistentes durante o período de maiores restrições orçamentais. Sem possibilidade da realização de espetáculos, feiras ou congressos, não poderíamos esperar, como é evidente, que o fluxo de receitas permita execução orçamental. Compreendendo esta situação, entendemos também que o trabalho destas empresas não poderia parar, nomeadamente na elaboração da Candidatura Braga Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, ou outros procedimentos fundamentais ao funcionamento da empresa, cumprindo, essas empresas também os seus pressupostos. No caso da InvestBraga, entendemos que deve ser discutida, em momentos futuros, a necessidade da continuidade da transferência de verbas do município para o Orçamento desta Empresa Municipal. Sabendo que em anos, vulgo, normais, esta empresa tende a ser autossuficiente, a mesma deveria começar a adquirir a sua autonomia financeira plena. Estamos também solidários com os trabalhadores destas empresas municipais, e em geral com todos os trabalhadores do universo municipal que se viram privados do exercício das suas funções, e que apesar de tudo, viram o pagamento integral dos seus salários, aliás, como não poderia deixar de ser, por parte das EM e do Município. Mas partindo para uma análise*

mais desafiante, nem todas as empresas municipais viram a sua atividade ser praticamente extinta, por via das limitações pandémica. Empresas como a Bragahabit, AGERE e TUB continuaram, o seu exercício ainda que limitado no caso dos TUB, mas cujas limitações pandémicas não possam justificar tudo. Entendemos que os resultados da AGERE continuam a ser resultados animadores a vários níveis. Ainda que mantendo a normalidade da sua atividade no primeiro trimestre, consideramos que continuam a ser dadas provas anuais da necessidade da remunicipalização da AGERE, sendo esta remunicipalização passível de ser financiada pelos próprios lucros, sólidos e constantes que a mesma apresenta. A AGERE é uma empresa municipal, exemplar, desde há muitos anos a esta parte. Não é de agora. Talvez esta seja a hora, de começar a discutir, efetivamente quando é que esta empresa volta a estar, definitivamente, e em exclusivo ao serviço dos bracarenses. No caso da Bragahabit, entendemos que há urgência da reformulação do quadro de apoios. Se por um lado hoje, a empresa é capaz de apoiar mais pessoas, a mesma tem que ser capaz de apoiar melhor as pessoas. O problema dos custos médio dos arrendamentos em Braga, começa a ser aflitivo para milhares de famílias e a Bragahabit deve promover mais e melhores apoios, no sentido de contrariar as suas longas filas de espera. Contudo, é precisamente pelos TUB que verificamos que continuamos atrasados, e muito, na renovação da frota. Há muito estão prometidos os vinte e cinco novos autocarros a Gás Natural Comprimido, que nem uma pomposa publicação numa rede social consegue camuflar este atraso. Este atraso que continua a prejudicar o bem-estar dos passageiros, que continuam em muitas circunstâncias a viajar em autocarros velhos e desconfortáveis, com níveis de emissões de gases preocupantes, prejudica também os TUB. Certamente preocupados com o aumento dos custos de energia, para quando uma renovação efetiva da frota que permita optar por viaturas

*seguras, confortáveis e de tração elétrica, não dando passos atrás com viaturas que continuem a necessitar de combustíveis fósseis para a sua circulação. A pandemia, que ainda não acabou, continua a demonstrar a necessidade de optar por meios de transporte sustentáveis e os TUB não podem continuar a perder o comboio. Voltamos a referir, que lamentamos a tardia discussão deste ponto, ainda que seja apenas um ponto de apreciação e conhecimentos. Entendemos que é necessário louvar o trabalho dos trabalhadores do universo municipal que continuaram diariamente e enfrentando desafios nunca antes experienciados, a prestar o melhor dos serviços a todos os bracarenses. Considerando que dois mil e vinte e um seja um ano que se encaminha para o seu término e que possa ser um ano fundamental para o fim da pandemia, e que aguardamos que os resultados dos trimestres seguintes seja francamente melhor, fruto também das circunstâncias de regresso à normalidade. Ainda assim, entendemos que dois mil e vinte e dois deva ser um ano exemplar no rigoroso cumprimento da execução orçamental das nossas empresas municipais, esperando que não hajam mais limitações sanitárias impostas ao seu pleno funcionamento, com as circunstâncias que ainda esta semana continuam a afetar, por exemplo, o funcionamento do Forum Braga e do cumprimento da sua agenda. Todos merecemos que haja a vontade política para que as empresas municipais continuem a desempenhar o seu papel fundamental que é o de servir, com excelência, Braga e os Bracarenses”. A este propósito o Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** interveio para dizer que: “Os resultados das empresas municipais, no primeiro trimestre do ano, foram melhores do que as expectativas já que, e apesar de terem apanhado o espaço temporal do pico da pandemia, conseguiram ter a resiliência suficiente para aguentar os níveis de stress a que foram sujeitos! Os Transportes Urbanos de Braga. a InvestBraga e o Teatro Circo*

*foram as Empresas Municipais que mais sofreram diminuição de receitas com as condições específicas da Pandemia sendo que o Teatro Circo não sofreu tanto financeiramente, mas sim pela impossibilidade quase total de efetuar a sua função de oferta cultural! Estes Números permitem vislumbrar, para este ano de dois mil e vinte e um, a esperança de que no balanço final do ano haja, por parte de todas as empresas municipais, um resultado financeiro positivo! Em tom de conclusão olhamos com regozijo o facto de termos Empresas Municipais, que com resiliência, conseguem aguentar períodos de stress económico e social sem comprometer os seus próprios resultados devido a uma gestão profissional, criteriosa e sem devaneios! Este facto, mantém-nos otimistas para eventuais crises que possam advir, apesar de preferirmos que elas não venham a acontecer!”.*

*Seguiu-se a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO, para referir que: “Relativamente ao relatório de execução orçamental da Empresa Municipal Transportes Urbanos de Braga (TUB), no que diz respeito ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, somos a referir que: O investimento neste primeiro trimestre do ano ficou aquém do previsto, dado o contexto de pandemia vivido e as restrições que se fizeram sentir neste período; assim, o impacto da pandemia resultou numa descida dos já poucos utentes que utilizam os TUB e, conseqüentemente, numa descida da bilhética; De remarcar também que, neste trimestre, as verbas vindas do Contrato de Concessão celebrado com o município ainda não tinham sido totalmente transferidas; Mas, o que mais se destaca neste relatório é o atraso da aquisição das vinte e cinco novas viaturas, que já foram prometidas há muito e adiadas constantemente, não estando ainda à disposição da população, sendo que este negócio não dependeu da pandemia! Os resultados mais positivos referidos no relatório trimestral estão relacionados com o estacionamento à superfície,*

*responsabilidade que discordámos que tivesse passado para os TUB. Da leitura do relatório de execução orçamental da Empresa Municipal Theatro Circo, no que diz respeito ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, concluímos que: Não há muito a registar, uma vez que é referente ao período de confinamento, aquando o estado nacional de emergência. Ou seja, não houve atividade cultural e a programação foi cancelada ou adiada, logo as receitas de bilheteira praticamente não existem. Por outro lado, a redução de gastos deve-se apenas à não realização de despesa associada à programação, uma vez que o Theatro Circo assumiu, e bem, em nosso entender, a totalidade dos gastos com pessoal durante o confinamento. No que respeita ao investimento, constatamos que foi concretizado muito pouco (seis por cento do anual) referente às obras de remodelação do edifício. No relatório de execução orçamental da Empresa Municipal Bragahabit, relativo ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, mantém-se o discurso dos "resultados positivos", leia-se: muito pouco investimento! Neste primeiro trimestre apresentam-se rendimentos muito superiores face a dois mil e vinte (na ordem dos duzentos e quarenta por cento), que se justificam o apoio antecipado da câmara, relativamente ao mesmo período no ano anterior. Estes "resultados positivos" demonstram uma execução de vinte e dois por cento do orçamento para dois mil e vinte e um, a saber: sobretudo, gastos com o pessoal (duzentos e oitenta mil) e pagamentos de serviços (duzentos e quarenta mil), sendo que cento e trinta e um mil, destes, são destinados a pagamentos de rendas, prevendo-se um total anual de quinhentos e vinte mil só para rendas. Notamos ainda algumas receitas perdidas devido ao encerramento das escolas entre janeiro e março. No que respeita a este orçamento, não se percebe por que se contabilizam determinadas reabilitações, quando já se sabe que o dinheiro não vai sair dos cofres da Bragahabit! Da mesma forma,*

*continuamos sem perceber por que é que, com uma pandemia de quase dois anos, com a inflação que se testemunhou no preço da habitação e com os níveis de desemprego e de trabalho precário tão elevados, a Bragahabit tem zero ideias para confrontar estes problemas! Do nosso ponto de vista, exige-se muito mais... Quanto à Empresa Municipal AGERE, percebe-se, através da leitura do relatório de execução orçamental relativo ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, que: Se verifica uma diminuição de consumos de água e de saneamento dos clientes não domésticos e um aumento dos consumos dos clientes domésticos, o que é expectável, mais uma vez devido ao contexto da COVID-dezanove, com o encerramento compulsivo de algumas atividades económicas e com a obrigatoriedade do teletrabalho. Se mantém a tendência para o crescimento do número de clientes, quer domésticos quer não domésticos, o que nos parece, apesar de tudo, um bom indicador acerca da dinâmica da cidade. O resultado líquido supera o orçamentado e representa um crescimento face ao mesmo período do ano passado. Assim, os indicadores de liquidez e de "saúde financeira" da empresa evoluíram positivamente. Quanto ao PPI, a execução global é de cerca de quinze por cento, sendo que o expectável, no pressuposto de uma execução uniforme, seria de vinte e cinco por cento. Logo, há ainda muito por fazer. Salienta-se a situação da ETAR de Frossos, que está a viver para lá do horizonte de projeto e não está em condições de garantir o cumprimento da regulamentação comunitária. A construção da nova ETAR assume-se, cada vez mais, como uma urgência. Uma nota final, sobre a Empresa Municipal AGERE, vai para o chumbo na passada reunião de câmara da nossa proposta de remunicipalização desta empresa e da orientação dos seus resultados financeiros única e exclusivamente para o interesse público e para a melhoria da prestação dos serviços à população! Lamentável.... Relativamente ao relatório de execução*

orçamental da Empresa Municipal InvestBraga, no que diz respeito ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, devemos referir que: A Agência para a Dinamização Económica, E.M., novamente devido ao contexto de pandemia, viu a maioria dos eventos, feiras, congressos, espetáculos e outros adiados, no período de um de janeiro a trinta e um de março, pelo que ocorreu um decréscimo de trinta e seis vírgula seis por cento na rubrica de recebimento. Assim, o resultado líquido do referido período apresenta um valor negativo de cerca de cento e vinte e três mil euros. Ou seja, os efeitos da pandemia fizeram-se sentir também ao nível da atividade de InvestBraga, que reduziu significativamente”. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para salientar que relativamente ao ponto em discussão, queria fazer um pequeno parêntesis para dizer o seguinte: de facto estavam ali e tinham um trabalho fundamental que era o trabalho político. Ou seja, eram um órgão deliberativo, não eram propriamente um órgão executivo. E, de facto, das várias intervenções, com algumas exceções, o que se verificou foi a preocupação economicista de se a empresa teve muito rendimento, se teve pouco, se diminuiu relativamente ao ano anterior ou não diminuiu. Achava que os devia preocupar muito mais se, de facto, as empresas com as quais não concordavam, porque isso era uma forma de desorçamentação do município, mas a verdade era que deveriam questionar se, de facto, serviram ou não serviram os munícipes, nas condições que eles necessitavam. Se a InvestBraga e, eventualmente, o Teatro Circo, até se justificava que a sua atividade tivesse sido reduzida, por não ser permitida pela pandemia, a verdade era que agora, a Bragahabit, por exemplo, não cumpriu, continuava sem cumprir, continuavam com os mesmos problemas de habitação e nem passo em frente, a verdade era essa. Há dias tiveram um caso vergonhoso de um habitante de um bairro social, que morreu num incêndio e

tanto quanto se dizia, não tiveram tempo de confirmar, não tinha sequer luz elétrica, teria sido até uma das razões, por que o incêndio se deu. Ou seja, não se percebia como era que um inquilino da autarquia, sem posses, vivia numa casa e não tinha acesso à energia elétrica. Achava ser uma questão que merecia até, se calhar, um esclarecimento do executivo. Relativamente à Agere, já sabiam, ao contrário daquilo que a Iniciativa Liberal defendia, não concordavam que as empresas servissem para distribuir o que era público, alguns e, portanto, era uma empresa que urgia ser remunicipalizada, porque, de facto, levava caro as ligações à rede e tudo isso era caríssimo para encher os bolsos aos mesmos, que recebiam na Agere, recebiam mais ali e recebiam mais ali. Toda a gente criticava o Estado, mas depois toda a gente queria mamar na teta do Estado e muitas vezes, tinham conhecimento, que as autarquias serviam, de facto, de veículo para transferir aquilo que era de todos para alguns e, em Braga, sabiam disso por experiência própria. Interveio depois o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para dizer que o PSD estava bem consciente das dificuldades ao nível da habitação que Braga tinha, neste momento, e o acréscimo que teve nos últimos tempos fruto da pandemia. Mas também sabia que a Bragahabit, neste campo, tinha feito o seu trabalho, um trabalho de acrescento e de aumento das melhores condições de habitabilidade da população Bracarense, designadamente aquela população mais deficitária. Mas também, por exemplo, na questão do RADA, do Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, onde em dois mil e treze, quando aquele Executivo assumiu as suas funções, tinha um apoio de trezentos mil euros, presentemente tinha um apoio de oitocentos mil, em que praticamente duplicou, ou quase triplicou, o número de pessoas apoiadas e, conforme com certeza se lembrariam, em sede de campanha eleitoral, até fazia parte do programa do Executivo a duplicação desse apoio. Claro que isso não

*chegava, haveria sempre necessidades acrescidas, mas não se podia dizer, como se disse ali, que o problema da habitação em Braga, estava completamente desligado do Executivo e que a BragaHabit não tinha feito absolutamente nada. Antes pelo contrário, tinha feito bastante. Os bairros sociais eram uma realidade. A reabilitação dos bairros sociais eram uma realidade, era pena que não defendessem isso, porque realmente se fosse a Câmara a financiar, ou se fosse a Bragahabit, era feita exatamente a mesma coisa, o que interessava era que a população de Braga, de alguma maneira, era beneficiada em função disso. A obra do Bairro das Andorinhas ia arrancar, a obra do Bairro das Enguardas continuava em execução e, portanto, não lhe parecia nada que fosse mais ou menos o quadro que foi ali pintado. Quanto à Agere, registaram com agrado que aumentou o número de clientes, embora tivesse diminuído, claro que fruto da pandemia, devido às condições atuais do país e da cidade, congratulavam-se de alguma maneira, com o reconhecimento do bom desempenho económico, social reconhecido pela Oposição, que a Agere tinha naquele momento. Quanto à questão da remunicipalização, já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que era algo para pensar, mas dado o seu custo, mais ou menos orçamentado, poderia ir de trinta a cinquenta milhões de euros. Braga, neste momento, não tinha condições para fazer essa a remunicipalização. Isso porquê? Porque, de facto, já tinham más experiências a mais, sobre más opções de gestão pública, em Braga, nos últimos anos. E como era que às vezes, perante uma certa necessidade que todos diziam que era urgente, que não deixava de ser, depois, mais tarde, de tomar opções, aparentemente boas, mais tarde, bem pensadas e com uma boa base financeira de sustentação, mais tarde, vinham problemas terríveis para gestão da cidade e para o benefício das populações. Portanto, ninguém punha em causa que a Agere devesse ser remunicipalizada, mas a questão era o seu*

momento e altura em que devia ser feita. Portanto, quem tinha responsabilidades executivas tinha que pensar nisso e tinha que saber qual era a melhor altura e o melhor momento para executar. Ficava ali aquela chamada de atenção, dizendo que era uma questão de tempo e de oportunidade. Quanto ao resto, era globalmente positivo o que as oposições determinaram sobre a atividade do primeiro trimestre das Empresas Municipais. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES**, para dizer que relativamente ao assunto em questão, também pretendia prestar quatro esclarecimentos breves que lhe pareciam adequados. Em primeiro lugar, de facto, concordar com o que o Deputado José Eduardo Gouveia disse, que não era adequado que a meio de novembro estivessem a apreciar as contas do primeiro trimestre das empresas municipais, mas lembrava que, de facto, aquele ano também era um ano excepcional, porque a última Assembleia Municipal realizou-se no mês de julho e de lá para cá não tiveram mais nenhuma em virtude do processo eleitoral que tiveram. Portanto, naturalmente que nos anos seguintes daquele mandato julgavam que isso não se verificaria e, portanto, seriam junto aos respetivos períodos em análise que seriam apreciadas naquele órgão. Depois, também, concordar que, de facto, aquele era um ano muito especial, novamente, infelizmente, e o período em análise naqueles relatórios de execução orçamental que diziam respeito ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, efetivamente foi um período marcado, novamente, pelo terrível período de uma situação pandémica adversa que originou um novo confinamento, que conforme ali já foi dito, impactou muito severamente as receitas, a capacidade de gerar receitas das empresas municipais, como gerou dificuldades para os municípios, para os países, para as empresas, para as famílias e, portanto, todos compreendiam isso. Ainda assim, acreditavam que os planos de ação que foram previstos por aquelas

*empresas municipais, os objetivos que estavam previstos para o ano de dois mil e vinte e um, de uma forma global, seriam cumpridos sempre em respeito do equilíbrio financeiro, que tinha pautado o exercício de gestão dessas empresas municipais, ao longo destes mandatos da coligação Juntos por Braga. Relativamente a um assunto que foi versado sobre a InvestBraga, também merecia a sua concordância, que efetivamente seria desejável que no tempo, aquela, como as outras empresas municipais, assim que se justificasse, deixassem de depender tanto da transferência de fundos do respetivo município. Agora isso, teria de ser feito, naturalmente, de forma responsável. Era necessário que a empresa em questão, como as outras, fosse capaz de gerar receitas que, de facto, permitissem a sua sustentabilidade e, infelizmente, ainda não estavam nesse ponto. Lembrava, aliás, a propósito da InvestBraga, que apesar dela ter uma atividade muito conhecida e reconhecida ligada à organização de eventos, feiras, congressos e a gestão daquele equipamento onde se encontravam, tinha outras funções que não eram geradoras de receitas, mas que eram muito importantes para a vida futura do município. E falava, por exemplo, do eixo da dinamização económica e da atração de investimento, que tão bons resultados tinha dado e que, efetivamente, tinha colocado Braga no radar e tinha feito com que fossemos dos destinos mais competitivos a nível nacional para atrair investidores quer nacionais, quer estrangeiros. Falava, também, da dimensão do apoio ao empreendedorismo, que tinha feito de Braga uma das cidades mais inovadoras e empreendedoras do país e que, mais uma vez, era uma atividade muito relevante, mas que também não era geradora de receita para a empresa municipal e, portanto, só por si também essas atividades mereciam esse esforço de transferência de recursos que o município fazia, para aquela empresa municipal. Por fim, dar nota que relativamente aos Transportes Urbanos de Braga, o programa de renovação que estava previsto*

para o ano estava em curso e não se concretizava com um estalar de dedos, porque como sabiam, a contratação pública era bastante rigorosa, os valores em causa eram significativos. Agora, aquilo que poderia adiantar, era que o que estava previsto para o ano de dois mil e vinte e um, seria concretizado. Julgava, aliás, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal poderia, eventualmente, até, esclarecer em relação a essa matéria, que todos os equipamentos ao nível da renovação de autocarros que estavam previstos ser adquiridos, seriam adquiridos e, portanto, até final do ano, teriam, eventualmente, esses equipamentos a circular. Ficavam esses esclarecimentos, que lhe pareceram importantes efetuar. Depois interveio o Sr. **Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, que disse que sobre as outras empresas não se iria alongar muito mais, mas sobre a Agere, gostava de tecer ali uma pequena consideração, que lhe parece importante, até pela situação pandémica que vivemos em dois mil e vinte, gostaria que os informassem e que os esclarecessem, porque achava que era um direito que tinham, enquanto cidadãos, porque não houve em tempos de pandemia, em que a Câmara Municipal sugeriu o fecho dos espaços comerciais, uma redução ou mesmo a anulação das taxas de resíduos às pequenas e médias empresas, uma situação que em vários pontos do país isso se verificou e tendo Braga uma das taxas de resíduos mais altas do país. Portanto, pensava que se tratava de uma empresa, que por ter a especificidade que tinha, e a Câmara também ter uma voz ativa neste processo, devia, sem sombra de dúvida, ter um cuidado especial com o tecido empresarial bracarense e, também, já agora, com a população em geral. Porque se houve muita gente, ou grande parte das pessoas, que estavam confinadas e muitas delas que perderam o emprego, portanto falavam em desemprego involuntário, qual o papel da Agere nesse processo. Continuou a cobrar indiscriminadamente uma, e voltava a referir, das taxas de

resíduos mais altas do país. **PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS.** *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e seis de julho do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes Juntas/União de Freguesias: Um - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra de “Pavimentação da rua da Nossa Senhora da Conceição”, no montante de trinta e quatro mil setenta e cinco euros e treze cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra de “Pavimentação da rua de Picos”, no montante de setenta mil oitocentos e doze euros e noventa e oito cêntimos; Três - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra das “Obras de conservação na EB um de Frossos”, no montante de nove mil duzentos e oitenta e sete euros. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra a **Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA**, para, inicialmente, aproveitar aquele ponto da ordem de trabalhos, pelo seu simbolismo enquanto autarca de freguesia, saudar todos os presidentes de junta eleitos e, de uma forma muito calorosa, as presidentes mulheres, algumas que tomaram assento pela primeira vez naquele órgão, na convicção de que da vontade de defenderem os seus eleitores, não deixariam também eles de serem membros ativos naquela Assembleia, contribuindo naquele órgão com propostas para a melhoria da qualidade de vida dos seus fregueses e de todos os bracarenses. Era, para si, também, um especial motivo de orgulho e de satisfação ter sido eleita para aquele prestigiado órgão e iria assumir aquele desafio, juntamente com os eleitos do*

*Partido Socialista, o maior partido da oposição em Braga, com a responsabilidade e lealdade que lhe eram próprias, desejando que nesse princípio se revissem todos os eleitos e todos os que partilhavam na autarquia os destinos da nossa terra. Os eleitos do Partido Socialista iriam estar à altura do que esperavam os bracarenses e da confiança que depositaram no partido, que ao longo de trinta e sete anos, foi responsável para que Braga tivesse os índices de desenvolvimento, que tanto os orgulhava com a atratividade que dentro e fora de fronteiras lhe reconheciam. Cabia-lhe, pois, cumprir e dar continuidade ao enobrecimento da função de oposição em sede da Assembleia Municipal. Estariam sempre na linha da frente, conjuntamente com os restantes membros democraticamente eleitos naquela Assembleia, para viabilizar tudo aquilo que fosse apresentado para a melhoria das condições e qualidade de vida dos bracarenses. Propositadamente, quis fazer aquela pequena intervenção, como disse, no ponto de transferências de competências nas juntas e uniões de freguesia, porque sim, estariam de acordo com esse princípio, já marcante no anterior executivo socialista, e que tanto fizeram desenvolver as nossas freguesias de uma forma harmoniosa e igual, promovendo uma verdadeira coesão territorial. Porque acreditavam que quem estava próximo poderia fazer melhor e mais, não era simplesmente transferir competências e responsabilidades, mas, também, transferir os meios financeiros e as condições efetivas, para que fosse possível fazer mais e melhor, com transparência e com um escrutínio que só a proximidade permitia. As Juntas de Freguesia e todos os bracarenses em geral, podiam contar com eles. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para salientar que, sendo aquela a primeira sessão da Assembleia Municipal daquele mandato, julgava que era a altura ideal para porem as cartas em cima da mesa. Alguns Senhores*

*Presidentes de Junta já os conheciam e era bom que quem chegou de novo soubesse que respeitavam e respeitavam profundamente o papel dos Senhores Presidentes de Junta e reclamavam para as Juntas muitas funções que as Juntas, neste momento, não tinham e que, inclusivamente, estavam atribuídas a privados e entendiam que quem estava junto das populações eram as Juntas e as Juntas era quem primeiro respondia pela situação dos fregueses e era necessário que assim fosse. E, sendo assim, as Juntas de Freguesia e os Senhores Presidentes das Juntas teriam sempre o seu apoio. Teriam o seu apoio, quando se tratava do pavilhão das Goladas, em São Vítor, em que os direitos da população, com sacrifícios de uma vida, compraram os seus apartamentos e viam-se privados da tranquilidade que tinham por força de uma ideia megalómana, relativamente a um determinado clube, que tinha os seus direitos e reconheciam, mas não era ali. Podia-se defender os fregueses numa situação de postes de alta tensão que ia contra tudo aquilo que era modernidade e que não sabiam por que razão não iriam ser enterrados e, pelo contrário, iriam agravar, ainda mais, a situação dos moradores de Ferreiros do que a situação que estava e isso era um papel das freguesias e isso era um papel que o Bloco de Esquerda apoiava e era um papel que os Senhores Presidentes de Junta não deviam esquecer. Não era um papel dos Senhores Presidentes de Junta, e diziam-no ali francamente, o papel das transferências “à la carte”. Uma transferência de cem euros, uma transferência de quinhentos euros, uma transferência de dois mil euros, e depois havia algumas que eram maiores, que eram de oitenta e sete mil. Repetia, quem lá estava já sabia que essa era a sua posição, e quem não estava ficava a saber. Eram contra esse tipo de política e entendiam que as Juntas de Freguesia deviam ter um orçamento digno e as obras que fossem de vulto e que, eventualmente, não coubessem nos orçamentos das Juntas de Freguesia, então, aí, a autarquia devia*

desenvolvê-las e, eventualmente, se fosse o caso, fazer as tais parcerias ou os contratos de transferência. Também não escondiam a composição da Assembleia, aquela que resultava da lei. Nunca estiveram de acordo com ela, como também nunca estiveram de acordo com as CIM'S, por entenderem que as CIM'S era uma forma encapotada de atrasar, de atirar para as calendas gregas a regionalização. Ou seja, toda a gente queria fazer reformas, mas aquelas reformas que estavam no papel, nunca mais saíam, ou seja, eram menos trabalhosas, porque já estavam na Constituição. A Constituição é de setenta e seis. Portanto, essas não se faziam. Queriam fazer outras que dessem lucro rápido. Voltava ao discurso inicial, ou seja, queriam fazer reformas, que dessem lucro rápido, para satisfazer clientelas. As reformas que eram necessárias para o país, essas não se faziam e então havia as CIM'S, porque havia dinheiro e, portanto, era a forma de o ir buscar, mas depois não estava a ver o seu concelho de origem, que era Celorico de Basto, a competir com Braga ou a ter quadros de pessoal que conseguissem prestar às populações de Celorico de Basto, os serviços que as delegações de competência compreendiam ao nível da saúde, ao nível do ensino, ao nível da justiça. Era completamente impensável. Portanto, esse tipo de soluções, era pura e simplesmente tapar o sol com a peneira e iludir as pessoas e beneficiar sempre os mesmos. **O Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** interveio para destacar que aquele pacote de transferências para as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, representava o início de um processo que o Partido Socialista sempre achou de muita importância. As transferências e a delegação de competências nas Juntas de Freguesia eram um pilar, diria, extraordinário de desenvolvimento do município e, por isso, elas foram inauguradas em mil novecentos e oitenta e dois com toda a profundidade, com toda a riqueza, que hoje se conhecia. E se hoje Braga era um município

*desenvolvido, um município onde as assimetrias foram corrigidas e onde a diferenciação entre o mundo rural e o mundo urbano praticamente estava desvanecido, devia-se, efetivamente, ao papel das Juntas de Freguesia. Em dois mil e treze, dizia o Sr. Presidente da Câmara e atual Presidente da Câmara, que queria dignificar o papel das Juntas de Freguesia e, na altura, elencou algumas questões que já, durante a gestão do Partido Socialista, assim faziam, que era de num princípio de solidariedade e subsidiariedade e dignificação do papel das Juntas, transferiam um conjunto de competências. Não foi precisa Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, para que os acordos de coesão tivessem um pleno efeito. Já antes e sem acordos de coesão outras competências tinham sido delegadas das Juntas de Freguesia. Vinha isso a propósito de no início disso também dizer, como era que se dignificavam as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia dignificavam-se, Senhor Presidente, reconstruindo um Gabinete de Apoio às freguesias que desse resposta a vários níveis, àqueles que eram hoje os desafios colocados às Juntas e às Uniões de Freguesias. Hoje, as questões de carácter financeiro, de carácter contratual, de projeto, de jurídico, eram profundas e elas próprias responsabilizavam, e de que maneira, os autarcas. Portanto, um gabinete de apoio às freguesias, com uma dimensão e com recursos de vária natureza, seriam, naturalmente, a melhor forma de dignificar as Juntas de Freguesia, como também o Sr. Presidente da Câmara disse, em dois mil e treze. Dignificar o papel das Juntas de Freguesia era, também, ter um plano plurianual de investimentos assertivo, onde as verbas estivessem corretas relativamente a cada uma das obras que estavam inscritas. Porque ter um conjunto de obras, atirar para cima dessas obras um orçamento não sabendo exatamente o valor de cada uma delas era, efetivamente, também não dignificar o papel das Juntas. Estava crente que o Senhor Presidente da Câmara, agora, também como*

*Vereador das freguesias, iria ter esse papel e iria ter essa responsabilidade. Dignificar as Juntas de Freguesia era também e desde que as obras começassem a ser efetuadas e logo que executados os autos de medição, fossem feitos os respetivos pagamentos, porque hoje todas as Juntas se defrontavam com um sério problema, o problema de não ter quem, muitas vezes, concorresse às suas obras, porque os pagamentos, após a execução dos autos de medição, não eram efetivamente pagos e estava convencido que o Senhor Presidente tudo faria para que essa dignificação fosse feita. Eram algumas situações às quais poderiam juntar aquela que era e continuaria a ser um papel, que era a de corrigir as assimetrias ainda existentes, ocorrer às situações mais dramáticas, potenciar as situações de desenvolvimento do município, porque todas as freguesias concorriam de forma diversificada para aumentar o potencial deste município a vários níveis, fossem eles o turístico, fossem eles o financeiro, económico, educativo, o social, todas elas tinham um papel muito importante. O que se pretendia era que a dignificação das Juntas de Freguesia passasse também por um papel onde percebessem e pudessem corrigir algumas situações que, se calhar, mereciam essa correção. Acreditava, sinceramente, Senhor Presidente, que com aquele lote e com outros que se seguiriam, não deixaria de haver a máxima transparência nos processos na delegação de obras para as Juntas de Freguesia e em todas a execução de um programa que, naturalmente, as dignificasse e, ao mesmo tempo, também potenciasse e desenvolvesse as freguesias, e isso era a mesma coisa que dizer que estavam a desenvolver o concelho e o município. Estava certo que assim seria e, naturalmente, o Partido Socialista estaria atento, sempre a dar contributo, tal como na declaração de princípios que a sua líder Palmira Maciel ali levou, saberiam dar contributos positivos para que a Câmara executasse com qualidade o seu programa, mas,*

também, seriam a voz da denúncia de algumas injustiças que, eventualmente, fossem feitas, e esse papel não o queriam ali fazer, mas naturalmente que iriam também ali dizer, quando isso acontecesse. De resto, estavam lá, como era competência de qualquer eleito municipal, para apreciar tudo aquilo que fosse da Câmara Municipal e, ao mesmo tempo, também, fiscalizar aquilo que eram os trabalhos e as obras municipais. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para cumprimentar todas as bancadas, os novos membros da Assembleia Municipal, os novos partidos que ali estavam, acolhendo-os com os braços democráticos abertos, embora seguramente tivessem as divergências naturais de quem não podia, nem devia concordar sempre, porque se não também não fazia sentido estarem ali, mas não podia deixar de dar aquele primeiro ponto de saudação a todos. O povo bracarense escolheu, quem estava ali foi escolhido pelos bracarense e merecia esse respeito, por muitas que fossem as divergências que tivessem depois, do ponto de vista político. Quanto ao ponto em análise, não queria tomar muito tempo, queria, obviamente, concordar com o muito daquilo que foi dito pelo Deputado João Nogueira, de certa forma, também, pela Senhora Deputada Palmira Maciel, porque efetivamente havia ali um caminho a fazer e não era de agora, era um caminho a fazer de dignificação do papel das Juntas de Freguesia, que não começou nem há quatro, nem há oito, provavelmente, nem há doze ou, se calhar, mais provavelmente nem há doze. Não dizia isso com nenhum ataque insidioso relativamente ao Partido Socialista, mas, também, porque a lei foi mudando, as competências que poderiam ou não poderiam ser transmitidas para as Juntas de Freguesia, também foram mudando, mas era claro que havia uma cultura, que sempre denunciaram, também, ali, em Braga, de assimetria na relação com certas Juntas de Freguesia, sendo ela de uma cor ou de outra e, portanto, também não se esqueciam disso. Julgava que,

nesse ponto, conseguiram evoluir e conseguiram chegar a um patamar de concordância relativamente, não diria unânime, mas quase consensual, de que nesse aspeto, hoje, poderiam dizer que não havia tratamentos preferenciais ou anti preferenciais, relativamente às cores dos partidos de quem os Presidentes de Junta que mereciam inteiro respeito, representavam. Portanto, nesse aspeto, esse caminho de consolidação, obviamente que havia de ser feito, aliás era um desígnio, era algo que estava inscrito na sua matriz, enquanto respeitadores do princípio da subsidiariedade, mas, também, no programa eleitoral e, portanto, era algo que seguramente, durante o presente mandato, poderiam trabalhar e julgava que teriam condições até para o fazer de forma muito profícua, quer ali, quer também ao nível das comissões municipais e, claro, em estreito diálogo, em colaboração com os Senhores Presidentes de Junta. Não queriam fazer nada contra os Senhores Presidentes de Junta, não queremos fingir que estavam com os Presidentes de Junta e, depois, por atos, pensamentos e omissões, demonstrar exatamente o contrário, porque muito bem sabiam, também tinham ali um histórico na Assembleia Municipal de que, às vezes, se não estavam contra os Presidentes de Junta, lá que parecia, parecia, porque desígnios e classificações de chapéu na mão, mão estendida, coisas do género, que reduzem a dignidade não só de uma pessoa, mas de todo um órgão, de uma Junta de Freguesia, julgava que não contribuía nada, para o tipo de debate que deviam estabelecer ali e o diálogo que deviam estabelecer com o representante, que também tinha ali o seu lugar, que eram os Presidentes de Junta. Nesse aspeto, então, julgava que teriam essa possibilidade, conseguiriam trabalhar também para aprofundar essa matéria da delegação de competências e da coerente e competente distribuição dessas competências entre o município e as freguesias. Para além disso, queria dizer que estavam também num plano, que não era exatamente o daquele ponto e já se disse

*ali muita coisa, que tinha e que não tinha a ver com aquele ponto, e aproveitava também esse desvio para dizer que esperava que agora, naquele grande programa de descentralização que o governo promoveu, que também não se esquecessem daquilo que a Senhora Deputada ali disse, e muito bem, que não bastava pôr no papel aquilo que queriam que acontecesse ao nível da descentralização de competências, sem prejuízo de, às vezes, essa descentralização representar para os municípios mais perdas do que ganhos, no sentido de que era verdade que assumiam competências, mas, também era verdade, que algumas dessas competências, traziam alguns problemas maiores do que as oportunidades que criavam, nomeadamente, porque não davam tanta agilidade, quanto aquela que parecia na gestão dos específicos problemas que provavelmente visariam concretizar. E, portanto, ficava ali um alerta, que julgava ser um alerta que todos partilhariam, de que nessa transferência de competências do Estado central para o Estado local, pudessem chegar a um bom entendimento, também, não só quanto ao contexto da lei, mas, sobretudo, aos meios que haveriam de ser, também, distribuídos para os municípios e estariam lá, todos em conjunto, a verificar e a fiscalizar, se assim fosse e a denunciar se assim não fosse. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com setenta e três votos a favor e com dois votos contra do B.E.. PONTO NÚMERO CINCO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e seis de julho do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas/União de Freguesias: Um - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar*

as obras do “Monumento ao “Brácaro””, no valor de seis mil novecentos e trinta e oito euros e setenta e quatro cêntimos; Dois - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado a apoiar o “Projeto para o parque infantil – praia fluvial de Merelim São Paio – projeto”, no valor de dois mil duzentos e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos; Três - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado a apoiar a obra de “Pavimentação da rua de acesso aos balneários – Merelim São Paio”, no valor de quarenta e oito mil cento e oitenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar as obras “Intervenção no cemitério”, no valor de três mil quinhentos e dezasseis euros e quarenta e um cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar as “obras de ampliação – cemitério de Frossos”, no valor de oitenta e sete mil seiscentos e vinte e cinco euros e noventa e nove cêntimos; Seis - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar as obras de “Requalificação da cobertura da antiga escola de Vilaça”, no valor de dezasseis mil cento e vinte e cinco euros e vinte e cinco cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com setenta e três votos a favor e com dois votos contra do B.E.. PONTO NÚMERO SEIS – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo dos artigos H-um barra décimo sexto e H-um barra décimo sétimo do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE**

*MAGALHÃES LIMA*, para referir que sobre aquele ponto da ordem de trabalhos, gostaria de sublinhar aquilo que tinha sido já a sua posição. Se, de facto, as taxas que estavam ali não se justificavam, então, o Executivo que propusesse àquela Assembleia a alteração do Regulamento de Taxas. Era muito mais prático e muito mais honesto. “Todos sabemos as linhas com que nos cozemos, porque isto também é política de chapéu na mão. Eu percebo bem as indiretas para mim, mas não estou aqui para atacar pessoas, nem para atacar o António, Manuel ou Joaquim, pauto-me na política por fazer política, o ataque pessoal, quando tiver um ataque pessoal para fazer a alguém, faço-o diretamente, não tenho problema nenhum. Relativamente às taxas, não é justo, nem é honesto que se isente uma taxa, por exemplo, de lançar foguetes, porque a taxa de lançar foguetes é devida, nomeadamente, porque há direitos de outras pessoas que são violados ao lançar-se os foguetes. Portanto, é justo que quem tem algum gozo com o lançamento dos foguetes, seja penalizado por causar barulho que perturba os outros e não lhe custa nada, se vai lançar cinco dúzias de foguetes, lança só quatro e meia e com a outra meia paga a taxa, porque a taxa vai compensar o direito ao silêncio dos outros munícipes. Acho que isso é uma evidência, não é preciso ir a Coimbra. Além de haver aqui outras isenções de taxas que são escandalosas, ou seja, que são, de facto, nomeadamente instituições, que deviam ter vergonha de pedir isenção de taxa e também devia ter vergonha quem a concede”. **PONTO NÚMERO SETE – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA C.I.M. DO CÁVADO.** Nos termos do número um, do artigo octogésimo terceiro da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, solicita-se que este Órgão promova a eleição dos seus representantes para a Assembleia Intermunicipal da C.I.M. do Cávado. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** informou da existência de

duas listas candidatas. Interveio o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que não era costume intervir-se num ponto de eleições, mas em todas as eleições havia campanha, portanto achava que era justo, legítimo e democrático que essa campanha se fizesse, embora em termos muito restritos. O que pretendia dizer, não era propriamente apelar ao voto na lista, embora também o fizesse expressamente, se não fazendo também parte dela, seria estranho. Compreendia que houvesse mais listas e fazia parte da democracia, mas queria apenas sublinhar que aquilo que já foi ali discutido, o papel das CIM, o que elas eram ou não eram, só um pequeno reparo também do colega do CDS, era verdade que já não havia governadores civis, mas ainda havia distritos, estavam na Constituição e eles mantinham a sua pertinência jurídico-administrativa, embora depois a pertinência política fosse outra questão. Mas, relativamente a isso, aquilo que gostariam de sublinhar, era que foi feito um esforço entre o Partido Socialista, o PSD e o CDS, tinham já uma tradição, há muitos anos e, seguramente, que teriam da parte do PS, e estava a olhar para o Deputado João Nogueira, porque supunha que ele também dissesse qualquer coisa sobre isso, ele tinha um histórico muito mais bem formado que o seu e sabia, justamente, como tinha sido essa relação entre os partidos dentro da CIM e da Assembleia Intermunicipal da CIM do Cávado. Portanto, aquilo que tentaram fazer foi, naquelas listas, refletir aquele que tinha sido o trabalho que julgava ter sido profícuo, tinha assentado em bases sólidas de cooperação, sem prescindir da divergência, porque com certeza teriam sempre alguns pontos divergentes, mas o tipo de trabalho, o tipo de competências das CIM e o nível a que conseguiram entendimentos, que julgavam serem úteis para a população e que depois se traduziam, efetivamente, em benefícios para os vários municípios que compunham as CIM, tinha sido algo que, na sua opinião, justificava esse esforço que voltavam

*a fazer e conseguiram levar a bom porto. Não daqueles que achavam que as CIM eram uma regionalização envergonhada, ou a tentativa de superar a regionalização pela direita ou pela esquerda, como quisessem, era antes um manifesto da descentralização reforçada. Não era única, tiveram agora uma mudança sensível na maneira como as CCDR's foram eleitas e, eventualmente, na maneira como elas se iriam relacionar também com as CIM, mas o que queriam deixar era, de facto, um apelo para quem votasse neles soubesse que estava a votar, não num bloco central, que não era isso que lhes interessa, o que lhes interessava era um bloco ideal de pessoas que estavam a tentar fazer o melhor possível dentro das CIM, para chegar às soluções, que julgava que tinham já nos últimos anos conseguido obter, para os vários municípios e, como era óbvio, essa união na lista, não representava, nem significava uma união de opiniões ou uma unanimidade plena, completa, indiscutível e indisputável para os próximos anos. Não, era uma saudável conjugação de pessoas que se tinha entendido bem no trabalho pela sua terra e pelas várias terras que faziam parte da CIM. Interveio, a propósito, o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, salientando que o Deputado João Marques já disse tudo e só queria apenas reforçar uma questão. Era evidente que não tinha a mesma ideia das CIM que o PSD tinha e que o Deputado João Marques tinha. Entendia que as CIM eram a ponte para a regionalização. Poderiam discordar da forma como as CIM trabalhavam, tinham algumas fragilidades. O facto, por exemplo, de só serem permitidas duas reuniões anuais, inibiam muitas vezes, intervenções que poderiam qualificar e aprofundar aquilo que era o papel das próprias comunidades intermunicipais, enquanto não tivessem a regionalização, portanto, algumas fragilidades. Mas o que se conseguiu no passado foi muito importante. O ano passado o João Granja, enquanto líder do PSD na CIM do Cávado e o*

*interveniente, enquanto líder também do Partido Socialista na CIM do Cávado, e sem querer estar a fazer vitupério, dizer-lhes que conseguiram remodelar, sob o ponto de vista da intervenção política, sobre a dinâmica que as próprias reuniões da CIM tinham, dando-lhes, naturalmente, dignidade e dando-lhes a qualidade que, se calhar, no passado, não tinham, nomeadamente com o período antes da ordem do dia, que não existia, com o facto de terem debates animados e acesos, mas de uma forma sempre muito calma e no interesse de todas as cinco comunidades que compunham o Cávado e, portanto, isso foi muito importante. Mais, chegaram a fazer formação a vários níveis para os deputados da comunidade, nomeadamente um que teve a ver com os fundos comunitários para perceber toda a mecânica de como funcionava e os desafios que se esperavam para o presente mandato também eram muito grandes. Daí que, apesar da ideia que cada um tivesse daquilo que devia ser o papel da CIM, da forma como ela também se devia posicionar perante o desenvolvimento do Vale do Cávado, a verdade era que ela ganhava cada vez mais importância e o próprio PRR e a própria forma como a comunidade intermunicipal tinha trabalhado, efetivamente, dava-lhes o aspeto e também a garantia de que havia um esforço comum para que alguns problemas fossem corrigidos. Ainda há pouco, o Sr. Deputado do CHEGA foi falar na questão dos transportes intermunicipais. Essa era uma questão de grande interesse, que a própria comunidade aprofundava e que não era fácil, muitas vezes, implementar no terreno, dadas as dificuldades e, sobretudo, porque grande parte desses transportes se localizavam em zonas de baixa densidade e, portanto, isso fica sempre muito complicado e difícil de implementar, mas, agora, o Município de Braga, enquanto também autoridade de transportes só do concelho podia, se calhar, começar a expandir o seu serviço, sobretudo para os concelhos mais periféricos. Essa era uma das mais valias que a comunidade podia*

ter. A lista conjunta que se apresentou e que o Deputado João Marques já falou era, efetivamente, um entendimento no sentido de projetar na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Cávado, aquele que devia ser um trabalho de conjunto. E porquê essa lista, onde efetivamente só estavam representados três partidos e onde só deveriam estar dois, mas naturalmente, enquanto a Coligação entendesse que devia ter o CDS, era evidente que era da sua responsabilidade. Fizeram respeitar nessa lista, aquela que foi a vontade expressa pelos bracarenses nas últimas eleições e pelo método de Hondt puro, direto em que cada eleito municipal e aí só podiam votar os eleitos municipais, naturalmente que quer o PSD, quer o PS, para uma eleição pura limpa, limpa no sentido de cada eleito fazer corresponder o seu voto ao seu partido, cada um deles tinha a quatro mandatos na Assembleia Intermunicipal. Quiseram fazer valer na proposta conjunta que apresentaram e que era uma tradição e que fazia com que o trabalho na comunidade fosse um trabalho de grande proximidade, refletir também nessa lista, aquela que foi a vontade dos bracarenses. Era esse o respeito também que os bracarenses lhes mereciam, nada contra qualquer outro partido que eventualmente poderia alinhar também com eles nisso, mas porque, efetivamente, essa era a representação, foi o mandato que lhes deu e que queriam também fazer refletir numa lista conjunta, que efetivamente tinha dado bons frutos no trabalho da Assembleia Intermunicipal do Cávado. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para dizer que no disposto do que o Deputado João Marques ali apresentou, falar num ponto que lhe parecia crucial. Iria votar, e quem ali estava pela primeira vez, numa lista, que não conhecia as propostas. Iria votar numa lista, que não a viu afixada. Portanto, iam votar no vazio. Iriam votar às cegas. Achava que não era isso que se pretendia naquele fórum. Assim pensava. Segundo ponto que lhe

parecia, também, importante. Falavam, tanto o Deputado João Marques, como o Deputado João Nogueira, em tradições. “Voltamos, batalhamos e voltamos a dar e saem sempre os do costume. Acho que na política não se pretende tradições, nem costumes, mas sim inovação, representatividade e voz do povo. E relembro os Senhores Deputados que não foram os únicos os escolhidos e os eleitos pelos bracarenses. Há outras forças políticas e esta Assembleia bem o demonstra. Mas, como desta vez ainda não há preparação, nem número suficiente para apresentar a lista, são estas as listas que vão a sufrágio. No entanto, apesar do voto ser secreto, naturalmente, na política para mim não há secretismos, e nós não vamos votar nem numa lista, nem noutra”. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para destacar que o Deputado João Nogueira fez ali, efetivamente, uma boa síntese daquilo que devia ser a lista do ponto de vista do método de Hondt, ficava muito agradecido ao Deputado João Marques e ao Deputado João Nogueira, por terem convidado o CDS para aquele efeito e para integrar a lista e, portanto, caro Filipe Peixoto, ficava também a conhecer uma das pessoas que fazia parte da lista, não iriam fazer campanha, nem apresentar o programa, mas mais que não fosse ficavam conhecidos os rostos daqueles que se propunham representar a Assembleia Intermunicipal do Cávado. As propostas no vazio e sem rostos para os representar, também eram nulas ou pouco efeito tinham, como bem sabia. De qualquer maneira, efetivamente, a Assembleia Intermunicipal do Cávado iria atravessar um período muito importante que tinha a ver com a preparação do próximo quadro financeiro plurianual, aquilo que seria conhecido como Portugal vinte trinta e que representava a maior fatia de fundos públicos que Portugal iria ter ao seu dispor nos próximos anos. Não era o PRR, como bem sabiam, até porque PRR era muito pouco generoso para os municípios, mas sim, como aliás

*também era tradição, o quadro financeiro plurianual vinte e um vinte e sete. E apesar da tradição já não ser o que era, mas em alguns casos ainda valer, sobretudo, nos bons casos, fazia sentido que as forças que tinham maior representatividade na Assembleia Municipal e aí a estatística era o que era, quem quisesse que fosse diferente o melhor era ganhar mais votos nas eleições, para poder depois exercer esses mandatos neste fórum. Foi assim, que de uma forma articulada em linha daquilo que tinha sido no passado e que tinha funcionado bem, não por serem estes, era porque, de facto, a inovação que ainda há pouco o Deputado João Nogueira ali trouxe, e bem, dando nota daquilo que se conseguiu no último mandato, junto da Assembleia Intermunicipal, representava bem, ou demonstrava bem o trabalho que eles todos, enquanto representantes do povo, iam fazendo em prol dos que os elegeram. E desse ponto de vista, a lista que apresentaram tinha essa ambição, representar Braga na Assembleia Intermunicipal, lutar o melhor possível por aquilo que iam ser os desafios que a Comunidade Intermunicipal iria ter nos próximos tempos, em particular no próximo ano dois mil e vinte e dois e, sobretudo, perceber quais eram os níveis de articulação intermunicipal ao nível de várias das políticas públicas. A dos transportes era uma delas, sendo certo que havia confluência de e até alguma interferência daquilo que, por exemplo, eram as competências de uma Autoridade de Transportes Municipal e aquilo que eram as competências de uma Autoridade de Transportes Intermunicipal, no caso a CIM do Cávado, e essas zonas tinham interferência, mas não tinham sobreposição de competências, as competências eram exclusivas e, desse ponto de vista, como noutras políticas, como a política dos resíduos, ou a política da energia, a da economia circular e muitas outras, que eram de natureza supramunicipal e onde era necessário, obviamente, essa articulação para depois, não só em articulação, mas, também, em cooperação*

com os vários órgãos municipais e intermunicipais esse exercício de política dever ser feito. Portanto, foi para isso que ali foram pedindo, naturalmente, o seu voto. Ainda não levaram o plano e o programa eleitoral, porque não era esse o propósito daquela eleição fazê-lo, mas se fazia sentido e achava que, se calhar, numa próxima, fazia sentido que quem se propusesse também apresentasse o seu manifesto, mais que não fosse para que os próprios pudessem votar não só nas caras, mas, também, nos programas. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para salientar que tentou ali explicar, de uma forma pedagógica, ao que iam, o que pretendiam e foi secundado pelo Deputado João Nogueira nisso. Agora, o Deputado Carlos Neves fez exatamente a mesma coisa. Não era tradição, sequer, naquele tipo de eleições, para não falar em tradições, fazer qualquer tipo de manifesto. Estavam ali em representação dos partidos. Tinham, supostamente, uma visão estruturada sobre os vários âmbitos em que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal funcionavam. Logo, não esperassem deles que andassem ali a fazer, como disse no início, uma campanha eleitoral perfeita, sobre o que iriam fazer. Por exemplo, a seguir iriam falar da Associação Nacional de Municípios e julgava que os Presidentes de Junta não iriam lá dizer e fazer uma grande manifestação proclamatória sobre o que iriam fazer à Associação Nacional de Municípios e ao Congresso Associação Nacional de Municípios. Ainda assim, teve a preocupação pedagógica de o fazer. Todos tiveram a preocupação pedagógica de explicar não só o que iriam fazer, o que já fizeram, mas, também, por que era que a lista foi constituída daquela forma. De resto, queria dizer que o PSD e o CDS, mais PS juntos, só numa matrícula, julgando que para lá disso iria ser muito difícil terem esses três a combinarem alguma coisa, consecutivamente fosse no que fosse. Portanto, explicou justamente o sentido e alcance da lista. De resto, queria

*repudiar ali as acusações de que houve falta de transparência. Talvez isso fosse mais matéria da Mesa e para a Mesa falar. Julgava que a Senhora Presidente ainda iria fazer essa exposição, quanto aos nomes e às listas existentes, mas de todo modo até teve a preocupação e abertura de mostrar claramente a lista a quem lhe pediu, tendo falado com o Senhor Deputado Bruno da Iniciativa Liberal e com o Senhor Deputado do CHEGA, sendo certo, e não dispensava isso, que os formalismos em democracia eram essenciais. Mas julgava que não estava ali ninguém a esconder coisa nenhuma. Foram o mais transparentes possível e julgava que não começaram bem. Quando começavam uma Assembleia Municipal, ainda por cima extraordinária, começando a carregar os atos dos Senhores e Senhoras Deputadas, com uma carga que diria negativa, não justificada e queria manter o tom das suas intervenções, queria manter o conteúdo dessas intervenções e não queria resvalar para um terreno onde provavelmente nenhum sairia bem. Portanto, iria manter aquilo que disse. Tiveram uma preocupação pedagógica de explicar o que fizeram, o que iriam fazer, e porque que constituíram aquela lista naquelas condições, e julgava que foi mais do que suficiente, para que todos percebessem ao que iam e o que tinham feito. Mais uma vez, repudiava as acusações de falta de transparência e voltava a confirmar que a lista foi feita da forma como foi feita, porque se tinham entendido muito bem, sem prejuízo das divergências que o Deputado João Nogueira já apontou e isso não significava qualquer negação da democracia, porque também, como já foi explicado, a questão da representatividade era simples, era fazer contas. Julgava que já falaram disso, por exemplo, na Conferência de Líderes e concordaram sobre como tinham tido a capacidade até de renunciar a parte dessa representatividade, o que até poderia ser entendido como pouco democrático da parte de quem renunciava àquilo que lhe competia para representar o povo que o*

elegeu e, portanto, não se revia, minimamente, nesse tipo de acusações. E, mais uma vez, julgava que poderiam e deveriam continuar a afirmar aquela Assembleia pela positiva, sem necessidade, obviamente, com as divergências, mas sem necessidade de entrarem por um caminho que todos sabiam onde os iria levar e do qual o povo já sabia qual iria ser o resultado e ninguém iria sair bem nisso. Portanto, mais uma vez assumia, a lista era sua, foi combinada no sentido positivo para que pudessem, mais uma vez, proceder ao trabalho que tinham vindo a proceder, com toda a lisura e transparência e divergência, quando ela era necessária e era nesses pressupostos que continuariam a atuar. Interveio depois o **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para dizer que em relação à intervenção do Senhor Deputado do PSD, queria dar duas notas breves. Primeiro, tinha que haver lisura na forma como se falava. Não foram lá do modo que se referiu. Foram ali em representação dos bracarenses que os elegeram para esse efeito. E não foram tão pouco para ser muleta do PSD, porque se não iam coligados com o PSD, coisa que jamais o fariam. Quanto à questão da representatividade, e com todo o respeito pelo Deputado João e pelo CDS, essa representatividade para si era um bocadinho dúbia, porque uma coisa era a representatividade, quando se ia a votos sozinho, outra coisa era quando se ia em coligação, porque se não os colegas do PPM e do Aliança, também teriam a sua representatividade, porque só era mensurável quem ia a votos sozinho, quem ia em coligação. Mas até aí percebia que dada a proximidade de outras forças políticas e das sondagens, o PSD tivesse que procurar mais apoios. “Mas aí, também, Senhor Deputado, deixe-me que lhe diga, que todos nós temos direito à nossa intervenção com educação, com elevação, como acho que foi o que eu fiz aqui, simplesmente para esclarecer todos os Deputados e o público que assiste, as listas devem ser afixadas previamente. Já não vou falar no manifesto ou no

*programa, porque também penso que seria de bom tom nós termos conhecimento do mesmo para poder votar, mas os nomes deveriam ser, antes da entrada para esta sala, para este auditório, expostos para que nós possamos ver e em consciência votar nas pessoas, já que, ainda não havia propostas. Portanto, se isto é uma afronta ou entrar por um caminho que o PSD entende que não é o mais correto, então vamos lá ver, se isto em democracia não vai existir, então o que é que estamos cá a fazer?”. A SR<sup>a</sup>. **PRESIDENTE DA MESA** informou que na Conferência de Líderes, foi por si apresentado, na proposta de convocatória da ordem de trabalhos, um ponto que se referia à eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM. A Assembleia Municipal de Braga, tendo em conta o número de eleitores, tinha direito a eleger, diretamente, oito membros da Assembleia. Para além dos oito membros eleitos, tinham que indicar oito suplentes, porque poderia ser necessário substituir nas reuniões que iriam realizar-se e para as quais seriam convocados. Qualquer grupo era livre de apresentar listas. Como inicialmente tinha referido, foram apresentadas duas listas. Existia uma lista que se iria designar como lista A, apresentada pelo PS, PSD e CDS, composta pelos seguintes candidatos efetivos: João Filipe Monteiro Marques, João António de Matos Nogueira, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Cláudia Patrícia Sarapicos Alves, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, José Pedro Pires Machado, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves e Catarina Lourenço Ribeiro. Candidatos suplentes: Manuel Joaquim da Silva Barbosa, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, Maria Ester da Silva Taveira, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Miguel Ferreira da Silva, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro Santos. A segunda lista seria designada por B, apresentada pela CDU, com o candidato efetivo: João Jorge Ferreira Batista e candidata*

suplente: Sandra de Oliveira Cardoso. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para esclarecer que a sua lista, de acordo com a lei, poderia ter até oito membros. A CDU apresentou-se com um efetivo e um suplente, que depois com o método de Hondt, poderiam, ou não, ser eleitos. Mas como membros da Assembleia e não tinham, como sabiam oito membros, apresentaram os que entenderam, de acordo com a lei, era até oito. Pensava não haver dúvidas em relação a isso. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que pelo regime jurídico que estava previsto, a eleição decorria em cada Assembleia Municipal pelo Colégio Eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente, naquele caso trinta e oito, mediante apresentação de listas que não podiam ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior, que eram oito, e que deviam apresentar pelo menos um suplente. **Postas à votação, foi a lista A aprovada com vinte e oito votos e a lista B com seis votos e com quatro votos brancos.** Concluído o método de Hondt, foram eleitos como **efetivos**: João Filipe Monteiro Marques (PSD); João António de Matos Nogueira (PS); Maria do Pilar de Araújo Teixeira (PSD); Cláudia Patrícia Serapicos Alves (PS); João Jorge Ferreira Baptista (CDU); João Orlando Travassos Freitas Alcaide (PSD); José Pedro Pires Machado (PS) e Carlos Alberto Sousa Duarte Neves (CDS-PP). Como **suplentes**, foram eleitos: Catarina Lourenço Ribeiro (PS); Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa (PSD); José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro (PS); Maria Ester da Silva Taveira (PSD); Sandra de Oliveira Cardoso (CDU); Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo (PS); Rui Nuno Gonçalves Marques (PSD); José Miguel Ferreira da Silva (PS) e Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva (CDS-PP). O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** usou da palavra para dizer que perceberam a polémica que se instalou ali e a discussão. Não tinha uma

*posição forte e absolutamente definitiva sobre a possibilidade ou a impossibilidade de se apresentar uma lista naqueles moldes. O PS deu-lhes a indicação de que pretendia pedir um parecer à CCDR-N, coisa que não tinham nada contra e julgava que os restantes partidos também não tinham nada contra. Só para dar essa indicação, não tinham uma posição forte sobre isso ou definitiva, mas admitiam, que até para que não houvesse qualquer tipo de problemas dali para a frente, que se esclarecesse perfeitamente aquela questão e avançassem.*

**PONTO NÚMERO OITO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA PARTICIPAR NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (A.N.M.P.).** A SRA. PRESIDENTE DA MESA informou da existência de uma proposta, designada por lista A, que indicava Maria Guilhermina da Costa Vieira, Presidente da União de Freguesias de Arentim e Cunha, como representante efetiva e José Carlos Ribeiro Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Lamas, como representante suplente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e nove votos a favor e com treze votos brancos.** O SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, **JOÃO DA SILVA OLIVEIRA**, para destacar naquela eleição a escolha do nome da Professora Guilhermina, como representante das Juntas de Freguesia. Era, de facto, de assinalar. Era a primeira vez que a Professora Guilhermina era Presidente de Junta, pertencia àquele órgão e, de certeza, que faria uma excelente representação de todas as Juntas. Queria desejar votos de um excelente trabalho.

**PONTO NÚMERO NOVE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como

*reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, quatro, cinco, sete e oito, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ENCERRAMENTO:* *Às vinte e quatro horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezanove de novembro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*